

P 25

'No País dos Economistas'

— IV —

Procura-se uma ET

PAULO RABELLO DE CASTROS

A E.T. que se procura não é a parceira daquele ser extra-terreno do filme, do qual ficaram associadas suas iniciais. No País dos Economistas, E.T. denota uma abreviatura para Ética Transacional. Define-se como E.T. o conjunto de atitudes comportamentais dos indivíduos nas suas relações econômicas que, por sua vez, são refletidas nos padrões institucionais dos órgãos e agências do chamado setor público. Ética Transacional é a postura esperada e adotada pela maioria das pessoas em seus negócios, em suas transações. Quando falta um padrão, uma E.T., ou ainda, quando esse padrão está debilitado e inconfiável, os negócios só se realizam de modo mais vagaroso, com excesso de prudência, em razão da desconfiança das partes. E se o padrão E.T. houver sido abalado por iniciativa das próprias instituições públicas, o impacto negativo sobre a economia assume proporções desastrosas. O Brasil, infelizmente, vive tal situação.

A confiança não é um fator abstrato. Ela se "mede", concretamente, por um padrão E.T., ou seja, pelo estágio de Ética Transacional adotado pela maioria. Se a regra geral for a da esperteza e da burla, o padrão ético estará seriamente comprometido, eliminando todas as transações que se ancorem em segurança e estabilidade de regras. Daí a importância do Governo, influenciando no padrão E.T.. Antes da ~~estruturação, antes da infra-estrutura~~, ou até da defesa armada, a principal contribuição que um governo pode dar ao seu país é manter um elevado estágio de ética transacional. Quando o Governo falha nessa missão, o esforço em outras áreas não frutifica.

Percorrendo a história das últimas administrações públicas, sem exceção à atual, verificamos que o Brasil empobreceu em termos de sua ética transacional. Sob o argumento de estar tentando "salvar" o País, o Poder Executivo tem agido em prejuízo da confiança nos atos jurídicos e nos direitos adquiridos. Os últimos pacotes econômicos, ao lado de não contribuir nada para o controle da inflação e à volta do crescimento, se prestaram, sobretudo, a destruir os princípios de uma ética transacional.

Tablitas, congelamentos, súbitas alterações tributárias, derrogação de fatores de atualização monetária, suspensão de pagamentos de obrigações financeiras no País e no exterior, controles e impedimentos às iniciativas particulares são todos sintomas da deterioração absoluta do padrão de confiança. O Governo tornou-se um agente arbitrário e aético na economia. Se não recuperarmos um padrão confiável de comportamento do poder público, dificilmente o Brasil terá de volta o impulso do progresso, qualquer que seja o plano ou a idéia mágica traçada na prancheta dos técnicos do Governo.

Em boa hora, surge uma sadia reação por iniciativa do Poder Judiciário, pondo limites ao abuso do direito praticado nos últimos pacotes econômicos. Na opinião da atual equipe econômica, o desbloqueio judicial das poupanças seria um atentado ao plano de estabilização, que pode ir por água abaixo. Esta é a própria expressão de uma razão autoritária, que não enxerga a impossibilidade de qualquer estabilização econômica sem a prévia restauração de uma Ética Transacional na sociedade brasileira. O plano de estabilização, aliás, já é pó; esfarelou-se não só por ferir ao princípio básico — que é o Estado de Direito — mas também ruía sob o peso de suas incongruências técnicas, a principal delas por haver confundido ativos financeiros com moeda, confiscando aqueles sob a alegação de estar coibindo o meio circulante.

Em suma, o Governo vem buscando a solução unilateral para seus compromissos: não pagar. Não serve à dívida externa, com a desculpa de que lhe falta "capacidade de pagamento". Reduz o valor efetivo da dívida interna, além de seqüestrá-la, pela sucessiva manipulação da correção monetária, a título de "desindexar" a economia. Promove a recuperação dos preços de suas próprias empresas, via "tarifaço", enquanto mantém congelados os preços privados, tornando negativas as margens de lucro dos empresários brasileiros. Eleva os salários no setor público enquanto assiste à queda dos salários, no setor privado, em mais de 20% reais. Emite moeda descontroladamente, mas não quer desbloquear a poupança. Não suprime despesas mas propõe o aumento de impostos. São comportamentos incompatíveis com a confiança, pois ferem o bom senso e, portanto, ~~agredem a~~ Ética Transacional.

Ao Congresso, como Poder Legislativo, cabe também uma importante missão, complementar à do Judiciário, em resgatar o ambiente de credibilidade. São três os desafios maiores: primeiro, dar garantia constitucional aos cidadãos sobre seus direitos de propriedade na área financeira, para que novos seqüestros não venham a ocorrer. Em segundo lugar, restringir o uso de medidas provisórias às aquelas situações excepcionálissimas que sejam, de fato, relevantes e urgentes. Terceiro, tornar minimamente ético o padrão tributário no Brasil. Uma reforma radical nesse campo faz-se necessária, pois as alíquotas sendo, hoje, excessivamente elevadas, representam uma indução às manobras de evasão, sem as quais muitas empresas nem sobreviveriam.

No País dos Economistas, a "modernidade" não é um patamar alcançado por absorção de altas tecnologias. A "modernidade" provém, sobretudo, da estrita observância do Estado de Direito.

Sem confiança nas leis — que representam a Ética Transacional minimamente exigível — sem o cerceamento da vontade imperial do Poder Executivo, sem uma estrutura tributária criteriosa e de bom senso, não há Estado de Direito. Sem a Ética Transacional, portanto, o Brasil continuará mergulhado na estagnação.